



POR UMA ANÁLISE CRÍTICA: a educação no estado do Amazonas e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)

Tayná Castro Peñaranda¹
Lucilene Ferreira de Melo²

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar os dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) sobre a educação no estado do Amazonas, com vistas a contribuir com o Plano Nacional de Educação 2001 – 2010. Parte-se de uma abordagem quanti-qualitativa como caminho metodológico. Dentro da temática educação o enfoque direcionado foi para o nível de analfabetismo e anos de estudo no estado do Amazonas, em relação aos demais estados da Amazônia Legal. Considera-se que houve alguns avanços, mas estes andam a passos curtos em relação à realidade amazonense e Brasileira.

Palavras-Chave: Analfabetismo; Educação no Amazonas; Plano Nacional de educação

Abstract: This study aimed to analyze data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2010) on education in the state of Amazonas, with a view to contributing to the National Education Plan 2001 to 2010. It starts with a quantitative and qualitative approach as a methodological way. Within the education theme was the focus directed to the level of illiteracy and years of study in the state of Amazonas, in relation to other states of the Amazon. It is considered that there were some advances, but they walk the short steps to the reality and Brazilian Amazon.

Keywords: Illiteracy, Education in the Amazon, the National Plan for Education

I. INTRODUÇÃO

O Brasil, neste novo milênio passa por novos e velhos desafios em diversas áreas, como a saúde, segurança pública, e principalmente, a educação. Velhos, porque os desafios

¹ Estudante. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. tata_penaranda@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. lucilenefmelo@yahoo.com.br



por qual passa a educação do Brasil são de tempos coloniais - e novos, porque, a cada tempo ela se reconfigura no contexto social e econômico. Por isso, é preciso criar mecanismos de enfrentamento, como o Plano Nacional de Educação (PNE) que estipula diretrizes, objetivos e metas para a educação do ano 2001 a 2010.

Contudo, é preciso que o PNE (2001-2010) sirva de direcionamento para os planos estaduais e municipais, o que não acontece, pois 16 (dezesesseis) dos estados mais o Distrito Federal, não elaboraram um plano que estipulado para a educação. Esta realidade também é vivenciada pelo estado do Amazonas, da região Norte, que somente em 2008, foi desenvolvido, embasado em exigências legais, previstas na Constituição Federal do Brasil, artigo 214, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação) de 1996, e do PNE de 2001 (PEE/ AM, 2008).

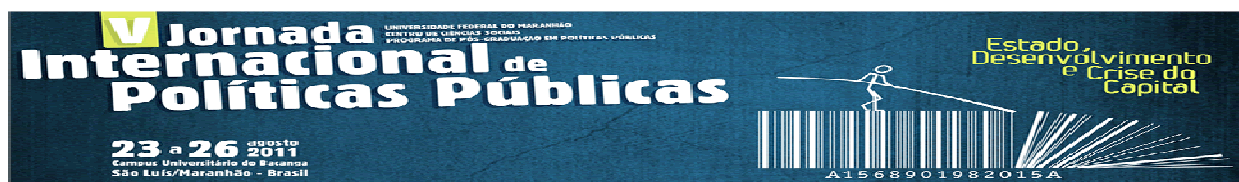
O Amazonas – o maior estado do Brasil em território –pertence a Amazônia Legal³, com seus 3.350.773 de habitantes em 2010 (IBGE, 2010). A Amazônia tem uma soberania pelo fato de ter riquezas naturais, compõe cerca de 58,8% do território brasileiro, com aproximadamente 20 milhões de habitantes.

Analisar o estado do Amazonas, comparando com os indicadores dos estados da Amazônia Legal e do Brasil, remete-nos a uma visão do panorama da educação no Brasil, - referentes aos anos de 1999, 2001 e 2009 - como mecanismo de visualização da educação deste estado, com vistas a conhecer para içar propostas de superação, por isso a importância desta pesquisa, pois:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

Mas a pesquisa precisa estar sistematizada, inserida numa metodologia que visa guiar o pesquisador em sua caminhada. Este trabalho parte de uma pesquisa documental com fonte os dados PNAD/IBGE de 2010 referentes à educação com vistas a analisar situação do Amazonas nesta área. São dados quantitativos, mas se combina na

³ A Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A maioria desses estados está localizada na Região Norte, com exceção do Maranhão, na Região Nordeste, e do Mato Grosso, na região Centro-Oeste. A área total atinge, aproximadamente, cinco milhões de km², o que representa cerca de 60% do território brasileiro (BECKER, 2001a).



interpretação qualitativa dos dados, cuja análise de dá na leitura feita dos dados, como na contribuição de fontes bibliográficas críticas. A educação é um tema perpassa por toda a nossa sociedade, pois é intrínseco ao ser social, que habita em um sistema com limítrofes expectativas de desenvolvimento educacional para sua população.

II. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: SEUS DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS PARA UM PAÍS MAIS QUALITATIVO

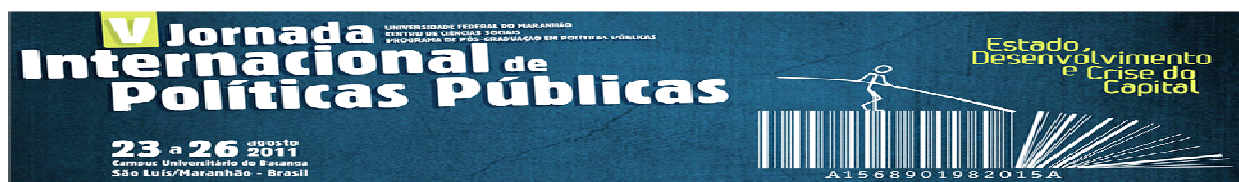
Conforme o IDH⁴ de 2010, o Brasil ficou na 73ª posição entre os 169 países que também são avaliados. Os indicadores educacionais contribuíram para esta baixa colocação do país, assim como também se mostrou mais baixa que a de outros países da América - Latina, como o Chile e o Peru, devido a fatores, como os anos de estudos. A população adulta do Brasil registra 7,2 anos de estudo, enquanto que a do Chile tem 9,7, e a do Peru, 9,6, o que representa um melhor cuidado e tratamento desses países quando o assunto é educação. Devido a isso, ainda há muito para ser feito neste setor, pois, desde os primeiros anos de nossa “descoberta”, sofre-se da falta de estrutura e investimento nessa área.

Ao fazer um passeio pela história da educação no Brasil vê-se que, desde o início até os dias de hoje, ocorreu uma sucessão de avanços e retrocessos. Com o processo de abertura e redemocratização, após a Ditadura Militar de 1964, é que a partir de meados da década de 1980, o sistema escolar se reorganizou e, em 1996, foi publicada uma nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases, a qual rege o sistema escolar brasileiro, na atualidade.

Autores como Paulo Freire, dentre outros, tece várias críticas ao sistema de educação tradicional. Nessa linha de análise, o aluno é visto como elemento passivo e não existe a possibilidade de interação e construção do conhecimento, já que não há preocupação com a transformação do ser, enquanto sujeito de sua própria história, que a constrói e se modifica, bem como modifica o real concreto a sua volta, pois:

(...) Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: Quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (...)

⁴ Índice de Desenvolvimento Humano, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais.



educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela (FREIRE, 1981, p.27).

Cientes desta concepção, afirma-se que é na escola que se institucionaliza a educação para que o homem possa se transformar em sujeito da história, ou seja, empoderar-se. Entretanto, a educação que se busca é aquela crítica e dirigida à tomada de decisões e à responsabilidade social e política. Assim, não se trata de qualquer tipo de educação, mas, uma escola de qualidade.

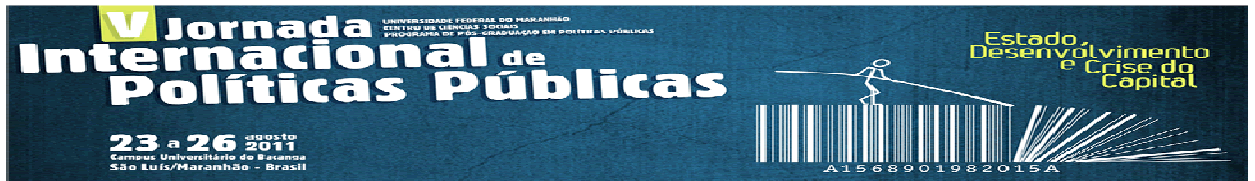
Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar, entrem na escola. Nesse sentido, é imenso o desafio para se edificar uma educação de qualidade, pois se sabe que o espaço da escola tem um papel contraditório. Conforme Cury (1985, p.75):

A educação reflete uma estrutura social, mas, por outro lado, fermenta as contradições. Proveniente do modo de produção capitalista, no contexto das promessas que a burguesia trouxe e não foi capaz de implementar, a educação contribui tanto para sua reprodução, como para sua negação e perda.

Côncio de tal concepção aduz-se que será por meio de uma educação preche de liberdade, numa perspectiva de comunhão de saberes, de múltiplos olhares, que poderá preparar sujeitos para o exercício pleno da cidadania, já que a educação consiste em formar indivíduos para atuar na sociedade e não apenas para o mercado. Compromisso deste quilate, prima pela edificação de um projeto de sociedade justa e equânime, o que representa um desafio a ser perseguido na atualidade.

Diante disto, o Brasil tem desenvolvido para a política de educação do país o Plano Nacional de Educação (PNE), que direciona a os estados e municípios, servindo de base para a elaboração dos planos estaduais e municipais, de forma a contribuírem para a obtenção dos objetivos pretendidos para a educação do Brasil como um todo. Portanto, o PNE não é um plano de governo, mas sim de Estado, com objetivos a serem alcançados não em prazos governamentais, mais sim num período maior, no caso de 2001 – 2010, delineando-se em objetivos que aqui importa mencionar: aumento global do nível de escolaridade da população, visando erradicar o analfabetismo; b) melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; c) redução das desigualdades sociais e regionais na educação pública.

Assim, o estado do Amazonas somente em 2008 elaborou o Plano Estadual, mas esta realidade é bem mais perturbadora, pois 16 estados e também o Distrito Federal ainda



não aprovaram um, apesar de ser uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 10.172, de 2001 – e também está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (Ação Educativa, 2011).

II. INDICADORES DE EDUCAÇÃO: RESPOSTAS A UMA QUESTÃO

Vários indicadores sociais vão buscar trazer a realidade de determinado lugar, neste caso, vamos trabalhar com os indicadores de educação do Brasil e do Amazonas a fim de entendermos como foi esse processo na busca de melhoria da educação e a contribuição do Amazonas para alcance dos objetivos propostos pelo PNE 2001 – 2010. Um dos grandes objetivos do PNE é a garantia e qualidade do ensino, com isto, o analfabetismo reduz, com vistas a sua erradicação. Porém, deve-se dá de forma global, e não apenas regional, beneficiando as regiões mais ricas do Brasil, como o Sul e o Sudeste. O gráfico abaixo indica que essas diferenças persistem:

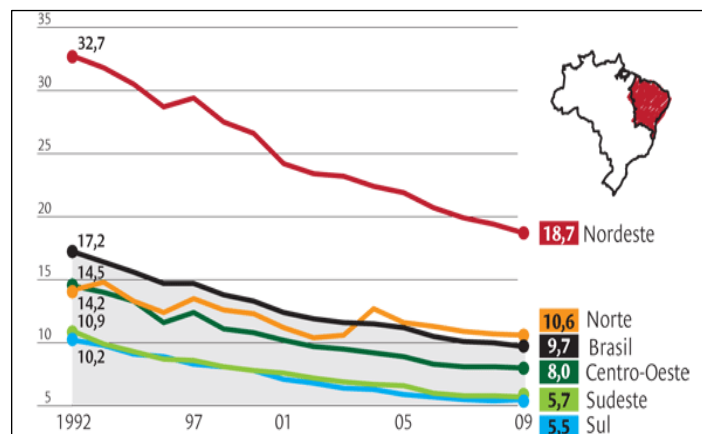
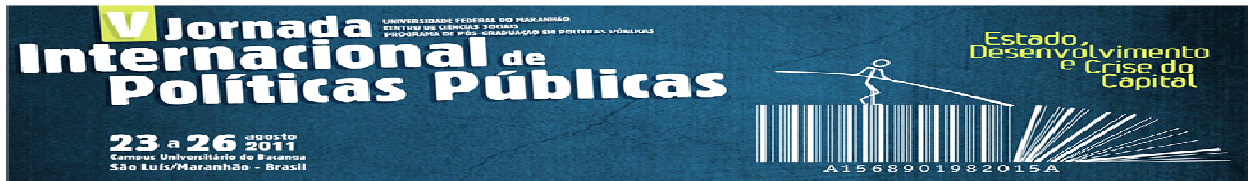


Gráfico 01: Analfabetismo - Índice cai, mas diferenças regionais persistem.
Fonte: PNAD / IBGE, 2010.

Segundo dados do IBGE 2009, o analfabetismo tem diminuído nos últimos anos. Em 1992 de um índice de 17,2 foi para 9,7 no ano de 2009, mas há uma grande disparidade entre as regiões do país. A região nordeste é a que apresenta um contraste, com 18,7 em 2009. O norte também está entre as regiões que sofrem com o analfabetismo.

Na região Norte, o Amazonas tem melhorado seu resultado sobre o analfabetismo nas últimas duas décadas, pois sua população em 2009, baixou de 10 para 7 (%), representando uma melhora. No entanto, o Amazonas como o Brasil, ainda estão distantes



de números que demonstrem qualidade de educação de sua população, como bem se observa no gráfico a seguir:

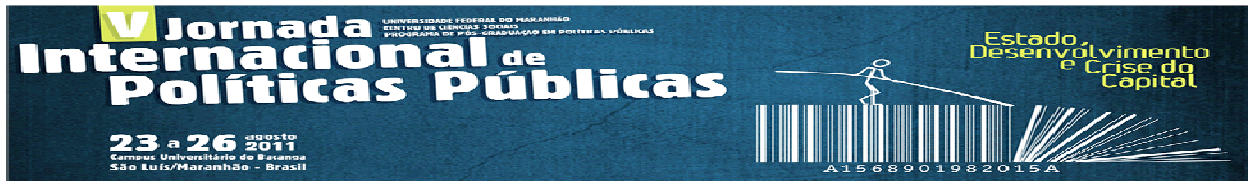


Gráfico 02: Taxa de analfabetismo (% da população ≥ 15 anos) na Amazônia em 1990, 2001 e 2009.
Fonte: IPEA, 2010; IBGE, 2010.

Estar alfabetizado quer dizer que se sabe decifrar os códigos compreendidos como as letras. O significado que as letras unidas vão ter, para aqueles que podem entendê-las juntas, formando palavras, expressões e sentidos. Para Ferraro (1985), afirma que o analfabetismo é produzido social e historicamente. Assim, ao longo da história do Brasil, e, por conseguinte, no Amazonas, o analfabetismo⁵ fez parte de um processo de dominação, pois é um instrumento que vai se constituindo ao longo de toda a história.

Mas, saber ler e escrever, apenas, não é suficiente para que os sujeitos sociais encontrem alternativas que visem superar suas condições de habitação, trabalho, alimentação, etc. é preciso poder refletir sobre suas condições de vida, compreender as formas de mudança, ou seja, pensar e agir criticamente. As formas de inserção das pessoas no tecido social e a divisão da riqueza socialmente produzida, vão bem além de saber ler e escrever. Com isto, há aqueles que aprenderam a ler e a escrever, mas mesmo assim, não conseguem interagir na sociedade de forma integral. Pois não conseguem se desenvolver e

⁵ O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em suas estatísticas aborda sobre o analfabetismo, conceituando *analfabeta* a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, além da inclusão daquelas que relatam que aprenderam a ler, mas esqueceram (IBGE, 2001).



construir as formas de interação social. A estes, outro termo se evidencia – o *analfabetismo funcional*.

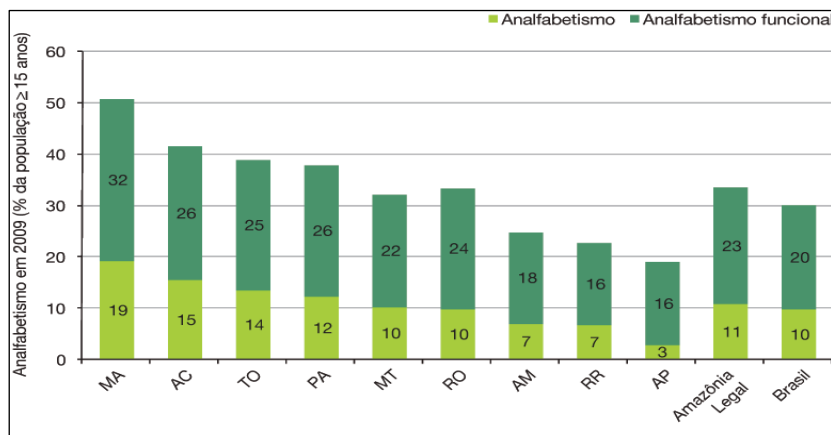


Gráfico 03: Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional (% da população ≥ 15 anos) na Amazônia em 2009.
Fonte: IBGE, 2010.

A população da Amazônia com mais de 15 anos de idade em 1990 era 20% analfabeta, em 2001 estava em 13%, observando uma melhora nos números. Porém, os dados de 2009 mostram que pouco mudou, pois apenas 2% foi a diferença desde 2001. Com isto, 11% da população da Amazônia são analfabetos em 2009, conforme dados do IBGE. Este valor está acima da porcentagem do Brasil em 2009, que foi de 10%. Mais uma vez, os dados sobre o analfabetismo funcional do Brasil no ano de 2009 foram mais otimistas que os da Amazônia, dos quais 23% dos 89% alfabetizados eram analfabetos funcionais.

Já o Amazonas, inserido nesta região amazônica, traz porcentagens mais otimistas, pois 18% dos 93% dos alfabetizados são analfabetos funcionais. Assim, se juntarmos os analfabetos funcionais, mais os analfabetos ditos, encontraremos então um valor bem maior que os 7% sinalizados no gráfico 02, sobre o analfabetismo no Amazonas. Posto que o analfabeto:

(...) em sua essência não é aquele que não sabe ler, sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler (...). O adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma com um mínimo de conhecimentos, o mínimo aprendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social (PINTO, 1991, p. 92, 102).



O gráfico abaixo vem representar o número de anos que a população brasileira, bem como os estados da região Norte, como o Amazonas, dedica ao estudo:

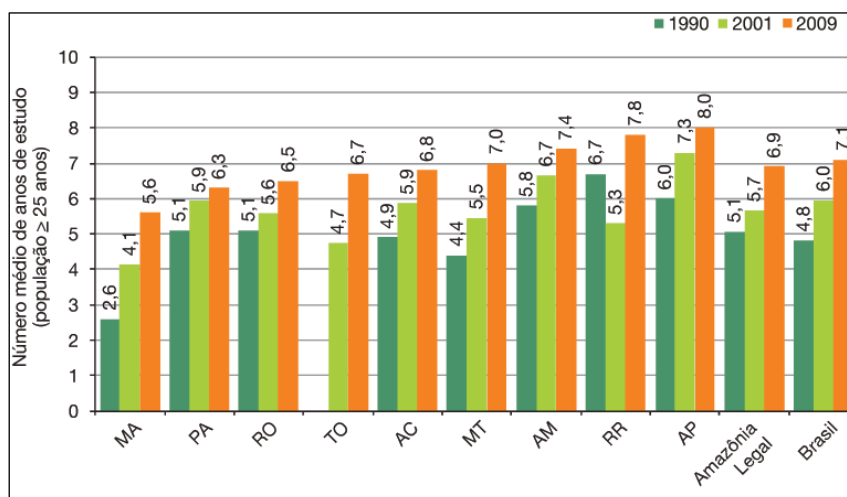


Gráfico 04: Anos de estudo da população (≥ 25 anos) na Amazônia em 1990, 2001 e 2009.

Fonte: IPEA, 2010; IBGE, 2010.

Reveladoramente, o Amazonas está sutilmente a frente dos números do Brasil em relação ao tempo em anos destinado à educação, com 7,1 (%). No entanto, se compararmos os dados desde os anos de 1990, verificaremos que num período de vinte anos, os anos de estudo aumentaram apenas 1,6 (%), enquanto no Amapá, com números bem próximos durante 1990, houve um aumento de 2,0(%).

Esses dados são importantes porque estão relacionados à evasão escolar, qualidade de ensino, trabalho, acesso à escola *etc.* Também, porque a media de tempo de estudo nos países desenvolvidos é elevado, o que caracteriza, o Brasil como um país em desenvolvimento.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em 2011, com um novo PNE 2011-2020, mas ainda não conseguimos atingir os objetivos e metas deste em questão. Para o estudioso Jamil Cury que participou do PNE, é questionado em entrevista à Revista Escola Abril em 2011, se o próximo PNE vai evitar os velhos erros e avança. Ele responde que acredita que sim, pois devem servir de experiência todos os antigos planos que fracassaram, também deu a sugestão que o Congresso diminua o número de metas, para que elas sejam alcançadas.



Afirma ainda, que o Estado dispõe de recurso para isso, porém há necessidade de uma lei de responsabilidade educacional comprometendo os governantes a cumprir as propostas dos planos. Pois, a cada governo que se muda, mudam também as diretrizes, objetivos e metas, e, como sabemos, os que têm relação com a educação são de prazo longo, não podendo ser programado para o tempo dos governos.

Também, faltou avaliação durante a aplicação do Plano, tanto na esfera federal, como estadual e municipal, pois era necessário que fossem averiguados em períodos mais curtos, considerando que durante todos os dez anos não houve uma avaliação sistematizada. Analisa-se que faltou recurso financeiro, assim com planejamento.

V. REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios presentes. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001.

CURY, Roberto Carlos Jamil. As Categorias. In_____: *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

FERRARO, A. R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. *Caderno de pesquisa*. São Paulo, v. 52, p. 35-49, 1985.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

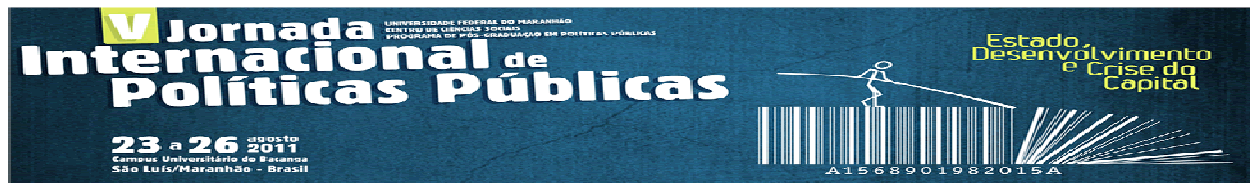
GIL, Antonio Carlos, *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

PINTO, A.V. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1991.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. 2007d. Ipea data: Indicadores sociais. Tema: Educação. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 18 de agosto 2010.

Plano Estadual de Educação. Disponível em www.acaoeducativa.org.br. Acesso em 30/03/2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010c. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de Indicadores Sociais 2009. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores> Sociais Acesso em 12 de setembro 2010.



Plano Nacional de Educação / Ministério da Educação e do Desporto. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas – PEE /AM, 2008.